



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CAS



SF/19177.42976-90 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de discutir a criação de mecanismos de captação de recursos para pesquisas científicas por meio de incentivo fiscal.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação;
2. Representante do Ministério da Economia;
3. Representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes);
4. Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
5. Dra. Mayana Zatz, professora do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo;
6. Representante da Associação Brasileira dos Captadores de Recursos (ABCR);
7. Representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP);

8. Representante da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil foi pioneiro nas pesquisas sobre o Zika vírus e sua conexão com a microcefalia. Ninguém no mundo sabia explicar essa relação e a resposta veio em 2016 por meio de um estudo liderado pelo neurocientista brasileiro Stevens Rehen, diretor de pesquisa do Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os resultados são tão relevantes que foram publicados na Science, uma das revistas científicas de maior prestígio do mundo, e nos tornamos o segundo país com mais conhecimento sobre o Zika, atrás apenas dos Estados Unidos.

Outro exemplo de nosso pioneirismo, aconteceu antes, em 1995, quando a geneticista Mayana Zatz tornou-se pioneira ao localizar um dos genes ligados a um tipo de distrofia dos membros e contribuiu para o avanço de pesquisas em todo mundo sobre as doenças neurodegenerativas.

Esses feitos dos pesquisadores brasileiros e tantos outros somente foram possíveis porque houve condições financeiras para isso. Um levantamento realizado por analistas da Clarivate Analytics Web of Science a pedido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) evidenciou que as publicações científicas realizadas pelos brasileiros, entre 2011 e 2016, alçou o Brasil à 13ª posição da lista de maiores produtores de publicações científicas.

Outra dado relevante que o levantamento apontou foi o significativo aumento de 15% de citações das pesquisas brasileiras, que passaram a integrar as mais citadas no mundo, ou seja, estão entre aquelas produções científicas com impacto de citação maior ou igual a 4,0. Historicamente, o Brasil ficava abaixo da média mundial. O fator de impacto é obtido pela soma de todas as citações

que a publicação recebeu nos dois anos anteriores dividido pelo total de artigos publicados no mesmo período.

Em 2014, o governo brasileiro estabeleceu que destinaria, até 2019, 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para investimentos em pesquisa e desenvolvimento, percentual semelhante ao destinado pelos Estados Unidos. O percentual, infelizmente, ficou na promessa e nunca chegou a ser atingido: ocupou 1,17% do PIB naquele ano (2014), segundo a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI). Desde então, a previsão de investimento em Ciência e Tecnologia apresenta déficit de investimentos e vem sendo reduzido ou contingenciado, mantendo-se em torno de 1% do PIB.

Os frequentes contingenciamentos de recursos para a Educação e para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico vão na contramão de todos os caminhos que levam à prosperidade de uma nação prodigiosa. Os países mais prósperos investem quantidades massivas nessas áreas. Para citar um exemplo, o governo federal da Alemanha anunciou que investirá 160 bilhões de euros no ensino superior e na pesquisa científica entre 2021 e 2030. Em média, esse valor representa 2 bilhões de euros a mais por ano, na comparação com os investimentos feitos pelo governo alemão em 2019.

Longe da ideia de eximir o Poder Público de sua responsabilidade de financiar o desenvolvimento científico e tecnológico de nossas universidades e instituições de pesquisa, o objetivo aqui proposto é oferecer possibilidades de ampliar ainda mais fortemente estes orçamentos possibilitando a realização de novas pesquisas e a expansão daquelas em andamento ou que foram paralisadas por falta de recursos. Por estes motivos, queremos discutir a criação de mecanismos de captação de recursos para pesquisas científicas por meio de incentivo fiscal.

O Brasil é um país de talentosos profissionais, que necessitam de mais investimentos públicos e privados em pesquisas e em inovação tecnológica que lhe

forneçam novas capacidades, que qualifiquem o trabalho decente e que, além de trazer benefícios sociais, econômicos e novos recursos, recolocam o país no mapa do desenvolvimento.

Sala da Comissão, 5 de setembro de 2019.

Senadora Mara Gabrilli
(PSDB - SP)
Presidente da Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras